

O problema da industrialização e defesa de nossas reservas de minérios radioativos

EUZÉBIO ROCHA
Deputado Federal

DISCURSO PROFERIDO NA CÂMARA FEDERAL

O Sr. Euzébio Rocha — Sr. Presidente. Impellido pelo dever de preservar às gerações futuras o patrimônio que nos foi legado, não posso deixar de externar a minha surpresa diante de um fato constatado por todos, qual seja o da evasão de nossas riquezas radioativas sem nenhuma prudência ou senso de providência de nossa parte.

Constitui nosso indeclinável dever, não somente solucionar as dificuldades ou problemas da nossa geração, mas criar condições para as que nos sucedam no ciclo biológico e encontrem preservados os seus interesses. O Brasil, não morre com a morte de seus filhos. Ele, ao contrário, plasma sua vida, numa continuidade perene imortal. Sua configuração atual é bem a soma dos esforços de todos que aqui nasceram ou emprestaram seu trabalho, sua vida, nesta obra que é de todos.

Que seria desse imenso território sem a resistência épica dos primeiros habitantes às incursões dos piratas? Que seria de nossa unidade sem a solidariedade e união dos indígenas e mamelucos tão bem caracterizados durante as guerras holandesas. O espírito nacional, consolidado por tantos sofrimentos, é mais forte de que todas as competições: é mais poderoso que todas as ambições pessoais de mando, em que a malsinada política de conventilhos procura erigir em norma.

Por todas estas razões estou convencido que o meu apêlo, dirigido hoje, aos meus ilustres colegas e ao governo da República, como uma definição de responsabilidade será atendido imediatamente ou dará origem a um movimento de resistência nacional, cujas conseqüências na vida da nação serão imprevisíveis, porque atirárá ao descrédito da opinião pública a atenção aos seus atuais dirigentes.

A própria história está a nos demonstrar que os traidores nunca tiveram força bastante para impedir a vitória dos ideais sadios. Os Judas, os Calabares, os Silvérios, executaram o seu papel nefando e abjeto, sem contudo deter a marcha dos ideais a que se opunham. Não tenhamos receio; a Nação brasileira não permitirá que uns vendilhões mercantilistas continuem a exaurir nossas riquezas radioativas por incúria moral e ganância de alguns.

O governo não pode, sob pena de cumplicidade, abrigar-se no criminoso indiferentismo com que assiste a sangria a que se está submetendo a nação no que tange a matéria de energia.

O carvão nacional, apesar do compromisso assumido pelo Senhor Presidente da República em sua campanha eleitoral, está quase abandonado à sua própria sorte. Não se dá às companhias carboníferas nacionais nem os transportes que elas pleiteiam, nem se cumpre as quotas de consumo obrigatório, nem procura o governo criar facilidades para que, as empresas nacionais melhorem os seus processos de tratamento e exploração das bacias carboníferas. Enquanto isso os grandes consórcios internacionais pela ação de seus agentes desenvolvem uma tênue campanha contra o carvão nacional, que apesar disso vai atendendo às necessidades de Volta Redonda, que consumiu a sétima parte de toda a produção nacional.

Sobre o petróleo não vos necessário falar. Só depois da gloriosa campanha desenvolvida pelos partidários da tese nacionalista se abalou o governo a realizar alguma

coisa de prático e se encontraram recursos para a montagem das refinarias.

Mas, se a título de introdução ousei prender a atenção de V. Ex.^a Sr. Presidente e Srs. deputados, vos falando sobre a política de combustível é que estou convencido de que são graves os erros cometidos neste setor, que se não surgir um movimento de reação, nesta casa, ou qualquer dos setores da nação, ainda não cumpridos com o micróbio da corrupção, a Nação estará breve submetida apática, por falta de elemento vitalizante. Sem energia, não pode haver produção, sem produção não pode viver o país.

Sr. Presidente.

Ninguém ignora que as relações internacionais estão dominadas pelo mercantilismo da época. E devem conseqüentemente os países sustentarem a posição que melhor lhes convenha, dentro de um princípio de assegurar melhores negócios, permitam situações econômica e financeira mais garantida. Não se admite, por isso mesmo, que nós nos concordemos com a situação de ser um país importador de bens de consumo e exportador de matérias-primas e fibras, sem criar bases sólidas para a produção nacional. Não se admite por isso permaneça intangível a atual política dominante nas nossas relações internacionais. O que está acontecendo com o minério de ferro e, sobretudo de manganês, (muito mais raro entre nós) constituem erros de graves conseqüências. Nossas divisas têm sido utilizadas na compra de autênticas bugangas. Deveríamos estabelecer condições dentro das quais se obrigariam os países importadores de nosso minério a nos fornecer máquinas de que necessitamos para a instalação das nossas indústrias; carvão para suprir nossas deficiências. Se assim não agirmos, permitindo o saque organizado das nossas riquezas minerais, ofereceremos à geração futura o quadro que já nos dá a nossa produção de ouro esgotado muito antes do que seria justo pela exploração dos nossos dominadores das antigas épocas coloniais.

Estamos no presente, diante de um novo colonialismo contra o qual se insurgem os brasileiros, numa nova campanha de independência.

Examinemos agora os fatos que eu considero da maior gravidade e que dizem respeito aos nossos minérios radioativos.

Denuncio à nação neste instante, o mais grave atentado que já se praticou contra a segurança da pátria e o bem-estar das gerações futuras, que é o indiferentismo com que o poder público assiste à evasão dos nossos minérios radioativos, que se tornaram, agora, fatores preponderantes na economia mundial, no seu triplice aspecto científico, militar e industrial.

Podemos afirmar que o urânio e o tório estão forjando uma nova civilização — a civilização da era atômica, revolucionando por completo toda a economia, quer como produtos de energia combustível, quer como isotopos usados nos mais diferentes campos da tecnologia, da biologia, da agricultura, quer como matéria explosiva. Daí as nações previdentes, conseqüentemente que se preocupam com o futuro, estarem empenhadas na preservação e conhecimento de suas próprias jazidas, pois, delas dependerá a sua independência econômica e política.

Ninguém melhor informado para nos esclarecer a evasão dos nossos minérios do que o próprio Inspetor da Alfândega de Santos, Sr. Nansen Rosa, que respondendo ao jornalista Leão Lobo declarou: "Li sua reportagem sobre a evasão de matérias-primas exportadas em bruto. Em verdade, nada posso objetar, pois é realmente o que se dá com esses minérios. Saem a granel. Mas não possuímos nenhuma instrução no sentido de obstar esse movimento, embora possam sair minérios essenciais à defesa nacional. Possuímos aqui uma seção do Laboratório Nacional de Análises dos produtos deterioráveis. O único controle feito sobre os minérios é a aferição do peso para cobrança de tarifas alfandegárias. E isto nós o fazemos mediante as guias de embarque fornecidas pela Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil".

Perguntado se havia um controle do Conselho de Segurança Nacional, respondeu: Não. Aqui contamos apenas com a colaboração de soldados para evitar o contrabando de armas no cais.

O Sr. Benjamin Farah — V. Ex.^a está defendendo tese que merece todo o apoio da Casa. Na realidade, é isso mesmo: os minérios de grande importância para os povos estão sendo exportados do Brasil sem a menor preocupação, sem o menor controle. Ao tempo da segunda grande guerra, exportamos diversos minérios, entre os quais o bióxido de silício, isto é, o quartzo ou cristal de rocha, minério tão importante que os ingleses chegaram a dizer: "Mandem-nos cristal de rocha que ganharemos a guerra". Mandou-se cristal do Brasil para as nações aliadas. Esse cristal, nos Estados Unidos e na Inglaterra, era transformado em peças denominadas "piezas elétricas", de valor extraordinário nos bombardeiros, nos navios, nos tanques, nos aviões etc. No entanto, o Brasil fornecia cristal de rocha ao preço de 500 cruzeiros o quilo, no máximo mil cruzeiros, dependendo da qualidade, e depois comprava estas "piezas elétricas" por milhares de cruzeiros. Com cada quilo se fabricavam milhares de peças, isto é, aquilo que o Brasil vendia por 500 cruzeiros, rendia depois 100 mil cruzeiros ou mais. Outro assunto que V. Ex.^a vem debatendo com tanto brilho é a exportação do minério rico em substâncias radioativas.

O Sr. Euzébio Rocha — Obrigado a V. Ex.^a.

Realmente, temos exportado minérios da mais alta importância a preço de areia lavada, o que constitui verdadeira falta de compreensão da economia moderna, porque ficamos sempre sem divisas de dólares, porque vendemos tudo barato de mais.

O Sr. Benjamin Farah — V. Ex.^a permite mais um aparte?

O Sr. Euzébio Rocha — Pois não.

O Sr. Benjamin Farah — Além desse controle devemos, também, promover a nacionalidade dessa indústria, pois durante a guerra estrangeiros invadiram diversos Estados do nosso país, entre os quais Minas Gerais, onde, a pretexto de comprar minérios, fizeram um levantamento topográfico geral da região. Vê pois V. Ex.^a como é necessária a cautela da nacionalização.

O Sr. Euzébio Rocha — Vossa Excelência tem razão.

Vejamos, agora, alguns dados impressionantes, que revelam a importância do assunto, principalmente pelas cifras representadas.

Em 1938, somente pelo Porto de Santos, foram exportados 22.100.000 quilos de minério, na sua totalidade, em bruto; em 1942 esta exportação alcança a elevada cifra de 27 milhões de quilos e em 1943, quando mais rigoroso era o bloqueio, quando as dificuldades de comunicações impediam as relações econômicas do sul com o norte do país e os aliados trabalhavam ativamente nas experiências da bomba atômica, foram exportados nada mais, nada menos de 84 milhões de quilos. Esta evasão continua a se processar, sendo tais minerais vendidos ao preço de areia lavada.

O Sr. Coelho Rodrigues — Permita V. Ex.^a um aparte. Vem muito a propósito o discurso de V. Ex.^a, pois, hoje pela manhã, o rádio anunciava a toda a nação brasileira que o Sr. Presidente Eurico Dutra reunia os membros de sua comitiva de viagem aprazada para

os Estados Unidos, a fim de verificar o que deveria dizer aos americanos caso fizessem propostas para vir buscar as nossas riquezas minerais. Infelizmente, à reunião esteve presente o Sr. Ministro Correia e Castro, citado nominalmente pela estação transmissora.

O Sr. Euzébio Rocha — Agradeço o aparte. Em resposta, devo lembrar que, nas relações amistosas que devem existir entre o povo brasileiro e o glorioso povo dos Estados Unidos da América do Norte, é necessário que prevaleça sentido recíproco de respeito aos legítimos interesses das duas nações. Não se pode admitir que estejamos sempre dispostos a ceder, até o ponto de não preservarmos os justos interesses nacionais.

Entretanto, Sr. Presidente, volto a submeter à consideração dos Senhores Deputados os dados estatísticos que considero reveladores do quanto é importante para nós a política que sustento desta tribuna e as medidas legislativas que, em breve, apresentarei à apreciação dos nobres colegas.

Estes minérios conforme verificação nas guias de embarque na seção de Estatística da Companhia Docas de Santos, são na sua grande maioria o zircônio, procedente da região de Caldas. Compreende este zircônio várias composições como a zirkelita, a badeleyta, a brasilita, a oliveirita e a orvilita. Para se ver a importância desse minério é suficiente mostrar a análise feita em 1892, pelo eminente geólogo alemão Hussak, da zirkelita: trata-se de um titânio-zirconato de cálcio e ferro, com tório, cério, urânio e ítrio (radioativo). É um mineral que se pode dizer de "composição feliz", pois abrange, além de elementos radioativos, importantes elementos de terras raras.

A oliveirita, que é um óxido hidratado de zircônio e titânio, foi encontrada, acompanhando a euxenita de Perba, no Estado de Minas. A euxenita, por sua vez, é um importante minério de urânio e tório do Brasil. Caberia, aqui, ainda que perfunctivamente, um breve relato das localizações entre nós de minerais radioativos, já que os que se acumpliciam com a imprevidência, tentam ludibriar a Nação, afirmando ser duvidosas tais ocorrências entre nós.

O interesse demonstrado pela exportação de Zircônio radioativo deixa transparecer, claramente, que associado a ele existem elementos de terras raras, urânio e tório. Bem comprova a nossa assertiva a monumental obra de Luís Caetano Ferraz, Compêndio dos Minérios do Brasil e a vastíssima bibliografia que sobre o assunto já existe em nosso País.

Não é apenas a zirkenita que contém urânio. A lista de minério no Brasil, portadores de urânio e tório está crescendo dia a dia. Citamos a propósito, alguns deles: a preciosíssima pechblenda em Minas e Goiás. Citemos ainda a existência, mais do que comprovada, do radium e urânio em Niquelândia, no Estado de Goiás, associados ao níquel e ao cobalto, minérios que foram levados, primeiro pelos japoneses e alemães, depois pelos norte-americanos, durante o tempo da guerra. A euxenita foi descoberta em várias localidades de Minas, como na Fazenda Santa Clara, município de Pomba; Em Divino de Ubá, acompanhando o zircônio e o berilo; em Viçosa, perto de Arapongas, em Campos de Caporará e em Além Paraíba. Temos a samarasquita, encontrada em Divino de Ubá, minério este estudado pelo professor Ferrer, da Instituição Carnegie, de Washington. Ocorrências de batafita foram assinaladas em São José de Brejauba. A fergusonita foi encontrada nas localidades de São João Batista, Sabinópolis e São Sebastião das Correntes, no Estado de Minas. A aechnita foi assinalada no vale do Paraopeba e em Goiás. Temos ainda o novo mineral radioativo encontrado em Brejauba, a djalmaita.

Temos ainda a autenita, assinalada no vale do Paraopeba, em Ubá, Engenho Central (notável pelo seu elevado teor em radium, dando 234 mg. por tonelada) no Estado de Minas, Piauí, na Paraíba e Parelhas, no Estado do Rio Grande do Norte e São Paulo. A uranfana também foi assinalada em São Paulo.

Temos ainda o caso do tório, elemento que vem associado com as areias monazíticas e com a torianita, espalhado nos Estados de Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e Paraná.

Comprovada assim a existência de tão importantes minérios urge definir uma política à preservação dos elevados interesses nacionais. Aqui, de forma alguma não esquecerei dos proveitosos ensinamentos do ilustre senador por São Paulo, Roberto Simonsen, cujo nome declino com admiração e que foi um dos defensores da nossa política de industrialização dos minérios radioativos.

Já porque se torna tal orientação uma fonte elevada de divisas e cambiais num volume superior e crescente, já porque seja uma necessidade a de se defender a retenção desses minérios, à semelhança do que está fazendo através de uma legislação específica, a cautelosa Inglaterra, os Estados Unidos, a União Soviética, a França, o Canadá e mesmo a Argentina e até a União Sul Africana.

Vê-se, assim, que, naqueles anos, de maior dificuldade para o país, com as dificuldades de comunicações marítimas, se viam navios nas costas brasileiras, para se abastecerem de areia, num total de 84 milhões de quilos. Todos percebem, como diria o caboclo, na sua linguagem inteligente, que "dentro desse pau há mel".

"Essa evasão continua a se processar, sendo tais minerais vendidos a preço de areia lavada".

O Sr. *Coelho Rodrigues* — No início do relatório do Sr. Guilherme da Silveira S. Ex.^a declara que, para consertar a balança comercial brasileira, só vê uma saída — aumentar as exportações de matérias-primas. Tenho para mim que devemos vender matérias-primas, mas o façamos de acordo com a cotação dos mercados consumidores e não por preços de concessões de noventa anos, como alguns países desejam.

O Sr. *Benjamin Farah* — O aparte do nobre colega Sr. Deputado Coelho Rodrigues tem toda razão. Acresce ainda que muitas das matérias-primas só o Brasil as possui.

O Sr. *Coelho Rodrigues* — E as estamos dando de mão beijada.

O Sr. *Euzébio Rocha* — Para se observar a importância do assunto, basta lembrar aquela figura de industrial, que o destino quis levar no momento em que dirigia uma oração cheia de patriotismo — o Senador Roberto Simonsen — que afirmava com sua inteligência e clarividência de industrial paulista, que era imperioso industrializar os nossos minérios. Vê-se, assim, que a prudência de um homem, afeito aos grandes negócios nacionais e internacionais, já indicava que era aconselhável a exportação de minérios, não o exportando indiscriminadamente, com verdadeira incúria, sem saber o que estamos vendendo, e a preço de areia lavada, a preço ínfimo, contribuindo para o descontrôle da nossa balança comercial.

Para bem situar a nossa posição, creio oportuno examinar em face do que pudemos nos informar, qual seja a distribuição de urânio e tório no mundo. A literatura especializada afirma que cerca de 120 minérios contêm urânio. Nem todos estes têm importância comercial. O mais importante minério de urânio é a pechblenda, também, a principal fonte comercial de radium. O urânio como declara o cientista Milikan, existe na crosta da terra, na proporção de seis partes para um milhão. E até agora são conhecidos quatro importantes depósitos de urânio: Checoslováquia, Canadá, Estados Unidos e o Congo Belga. Entretanto, tal distribuição ainda está longe de corresponder a uma classificação definitiva. A febricitante pesquisa, determinada pela importância do minério, nos é dada pelas seguintes informações recentes. No México, no Estado de Chihuahua, foi descoberto urânio. Na Rússia, somente, no ano retrasado, estiveram em atividades comissões de geólogos e mineralogistas totalizando cerca de 16 mil membros para pesquisa do importante mineral. No próprio Canadá as pesquisas continuam intensamente, descobrindo-se, ali, novas jazidas.

Em Mendoza e Cordoba, foram descobertas ricas jazidas de urânio, que levaram o governo argentino a cuidar obstinadamente do aproveitamento daqueles preciosos minerais como fontes de energia a serem utilizadas nos planos de soerguimento da nação irmã. As medidas pleiteadas pelo governo argentino encontraram pleno apoio do parlamento, que votou três leis especiais sobre a matéria

inicialmente em sessões públicas e posteriormente, em sessões secretas, em virtude da classificação de legislação militar secreta.

Limitados depósitos de urânio, são encontrados em outros lugares, no Cornwall, na Inglaterra, nos pegmatitos de Noruega que não tem grande importância econômica, apesar disso já está este país construindo a sua primeira pilha atômica, associada aos minérios do tungstênio, ao norte de Portugal e em várias localidades da Rússia Européia e Asiática. A pechblenda é uma formidável série de minerais de urânio; ocorrem nas rochas graníticas de Madagascar Central, mas estes depósitos não estão nem explorados nem suficientemente conhecidos. Há ainda a acrescentar que numerosas espécies que ocorrem naquela possessão francesa não estão ainda conhecidas. As ocorrências nos Estados Unidos são também conhecidas sem maior importância de pechblenda. O mineral radioativo mais explorado nos Estados Unidos é a carnotita.

A carnotita é essencialmente um *vanadato* de urânio e potássio. É um minério secundário, sendo encontrado no Colorado e no Utah. Os americanos, industrializaram a sua extração.

Em San Miguel, nos Estados Unidos, vencendo-se dificuldades mais sérias, conseguiram os americanos de 105 toneladas, extrair 1.75 gramas de radium, valendo 175 mil dólares; óxido de urânio, valendo 27 mil dólares e vanádio, valendo 28 mil dólares num total de 230 mil dólares. Sendo que a carnotita radioativa contém três quartas partes de radium em dez milhões de partes de urânio.

De acordo com os cálculos, uma tonelada de urânio puro contém 213 miligramas de radium.

Evidencia-se pelo exposto a importância do assunto por nós trazido a este Parlamento, a fim de que o espírito patriótico que prevalece sempre nas iniciativas de interesse nacional tome as medidas que nos suzerem serem imeriosas e que visam salvaguardar os interesses da comunidade brasileira como seja a industrialização do minério. Eu vos falei da importância dos minérios radioativos, capazes de contribuir para o fornecimento da energia atômica que será o principal combustível do futuro.

O Sr. *Coelho Rodrigues* — V. Ex.^a tocou no ponto primordial de nossos minérios: a industrialização. Os conselheiros técnicos, entretanto, vêm, aqui, sugerir que fiquemos somente na agricultura. Já declarei nesta Câmara que o futuro do Brasil depende da dosagem que os dirigentes derem à agricultura e à indústria.

O Sr. *Euzébio Rocha* — Creio ser imperioso submeter à consideração da Casa as medidas aconselhadas pela prudência nacional a quantos têm examinado a matéria hoje, objeto das nossas atenções.

Senhor Presidente, tive ensejo de submeter à consideração da Casa assunto cuja importância tem sido proclamada por organismos da mais alta representação no país, como a própria Federação das Indústrias de São Paulo, pelo falecido Senador Simonsen, por honrados oficiais do Exército e cientistas de renome.

Prosseguindo, creio ser imperiosa necessidade a existência de um laboratório de química especializada para depuração de minérios de urânio e tório a fim de que não se continue a exportar fortunas incalculáveis pelo valor de areia lavada. Todos sabem que navios franceses e alemães faziam lastro com as areias monazíticas de Espírito Santo, quando as necessidades de transportes eram as conhecidas e proclamadas unânimemente. É que debaixo do sapê, havia tesouro. E há mais de 10 anos continuamos, apesar de nossas necessidades de divisas e de dólares, a exportar por preço aviltante o que poderia ser uma fonte importante de renda nacional. Vale assim a pena criar condições que tornem exequível o exame necessário ao contrôle que sustentamos ser conveniente se proceda, imediatamente, na exportação de tais minerais.

Entretanto, um laboratório com a função principal de separar o urânio e o tório de seus minérios com fins industriais será fortuna que fuja às possibilidades das nossas combatidas finanças? Poderemos ter dúvida de que, tendo a Argentina realizado as despesas iniciais aconselhadas neste setor, não estejamos nós, também em con-

dições de atender a tais despesas, fundamentais à nossa segurança e à nossa economia? Porventura atingimos tal miséria que já nos não sobrem meios nem para financiar empreendimento de tanta relevância? O primeiro projeto argentino solicitava a criação de um Instituto Nacional de Investigações Físico Química, sob a direção do Ministério da Guerra, com uma verba inicial de 20 milhões de pesos, cerca de 100 milhões de cruzeiros, para a realização de pesquisas atômicas. Esta medida foi aprovada a 12 de setembro de 1946, a pedido do Poder Executivo argentino. A segunda lei proposta a 28 de setembro de 1946, pediu 200 milhões de pesos — cerca de um milhão de cruzeiros — para um Instituto Superior de Investigações Científicas, destinado à pesquisa no campo da ciência pura e das ciências aplicadas entre elas a da física nuclear.

Sabe-se porém de acôrdo com declarações do Engenheiro Teófilo Tabanera, e principal técnico argentino que os laboratórios de refinação e aproveitamento das jazidas de urânio estão sendo feitos na Argentina e espalhados por todo o país como medida estratégica.

Não desejamos, entretanto, um plano de tão vastas proporções. Basta-nos a semelhança do que foi feito no Canadá e Checoslováquia a montagem de laboratórios para a mineralogia e química de urânio, radium, tório e terras raras, cujo custo não ultrapasse o preço de 10 milhões de cruzeiros.

As instalações de tais laboratórios são extremamente simples, pois se trata de um laboratório de química especializada.

Um laboratório em tais condições poderá ter um vasto campo de ação. Sua tarefa será extrair urânio. Poderá, também na separação extrair o radium, o polônio e o actínio, todos eles radioativos de grande importância. Os nossos minérios dão, geralmente, terras raras grandemente aproveitadas na indústria. Os sais de urânio são de grande procura nos mercados mundiais para fins industriais. Podemos sem dúvida alguma, prepará-los inclusive, urânio metálico de grande valor, custando uma fortuna.

Poderá ainda um tal laboratório, dedicado à separação das areias monazíticas, não só separar seus componentes (cério, itrio, etc.), como preparar óxidos de tório e urânio metálico.

A importância de um tal laboratório, evidencia-se a nós, na medida que observamos as manobras especulativas de certos grupos internacionais que procuram monopolizar a produção dos minérios radioativos, impondo preços cada vez mais altos nos mercados mundiais.

Assim, desde 1943, uma libra de urânio (454 gramas) custava 7 dólares. Já em 1946, este preço se elevava a 20 dólares. Antigamente uma libra de urânio custava um dólar depois de ter sido extraído o radium. Um miligrama de radium está contido geralmente em 6,5 libras de urânio. O radium mantém seu preço no mercado de 25 a 30 dólares por miligrama, em qualquer quantidade de acôrdo com publicação inscrita no "Journal Metallurgy and Mineral Markets" de 10 de maio de 1945. O óxido negro de urânio era cotado em 1944 a 2.55 dólares por 454 gramas e o uranato de sódio (sal alaranjado) custava 91.65 dólares. O preço do radium se manteve a 170.000 dólares a grama no período de 1912 a 1918 quando os Estados Unidos o produziam.

Não podemos ao nos pronunciarmos sobre assunto de tamanha relevância ignorando as maquinações executadas pelos grupos a que aludi, linhas acima, como dá prova o inquérito organizado pela Secretaria de Minas do Canadá, publicado em março de 1940, onde se evidencia que a companhia Eldorado, que explora as jazidas canadenses fez um acôrdo com as companhias belgas no sentido de distribuir entre elas o mercado mundial de radium, excluindo-se naturalmente todos os demais concorrentes.

De acôrdo com este "agreement" caberia ao Canadá 40 por cento e 60 por cento aos interesses belgas. O contrato teria a duração de 5 anos e os preços seriam fixos. Assim o contrôlo do monopólio, na expressão de McCrege, comissário da "Combines Investigation Act" do Parlamento Canadense, tem fixado os preços do mercado mundial.

Não se pode, pois, admitir que fique sem nenhum contrôlo a evasão de nossos tão importantes quanto cobiçados minérios radioativos.

Somos por isso mesmo partidários da aprovação urgente de medidas legislativas cuja conveniência desta tribuna proclamamos à Nação.

PROJETO DE LEI N.º

Regula o contrôlo do comércio, da exploração e o aproveitamento das terras raras e dos minérios radioativos.

Art. 1.º Fica criada a Comissão Nacional de Energia Atômica constituída de sete conselheiros designados pelo Presidente da República, sendo: três representantes do Estado Maior das Forças Armadas, dos quais um técnico militar, um representante do Ministério da Agricultura, um representante do Ministério da Fazenda, um representante das Indústrias e um designado pelo Presidente da República para exercer a função de presidente da Comissão.

Parágrafo único. São condições para exercer qualquer função da Comissão de Energia Atômica: a) não ter sido ou ser acionista nem ter prestado serviços a empresas estrangeiras que explorem fontes de energia ou mineração; b) ser brasileiro nato.

Art. 2.º Compete à Comissão Nacional de Energia Atômica: a) controlar a importação e exportação de terras raras e minérios radioativos, especialmente de urânio e tório, existentes no Brasil, tais como a pechblenda, eugenita, fergusonita, monazita e os que forem a eles equiparados pelas suas propriedades e utilização; b) autorizar a pesquisa e a concessão de lavras das jazidas de minérios a que se refere a presente lei, fixando a relação dos minérios sujeitos ao contrôlo previsto por esta lei; c) autorizar e fiscalizar as operações financeiras das empresas constituídas, ou que se constituírem para a exploração, industrialização das terras raras e minérios radioativos a que se refere a presente lei; d) organizar e manter um serviço estatístico, tão completo quanto possível, da produção nacional de terras raras e minérios radioativos, bem assim como dados comparativos e desenvolvimento de preços no mercado internacional; e) propor medidas tendentes à defesa, organização e melhor aproveitamento das reservas nacionais de terras raras e minérios radioativos.

Art. 3.º Fica o governo autorizado a montar um laboratório especializado para mineralogia e química do urânio, do tório e de terras raras, no prazo de um ano, devendo, em seguida, de acôrdo com nossas possibilidades financeiras, proceder ao estudo e instalação de mais quatro laboratórios na região abrangida pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e Bahia.

Art. 4.º Nenhum compromisso internacional, em matéria regulada pela presente lei, será tomado sem a audiência desta Comissão.

Art. 5.º Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para atender às despesas da presente lei.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário. Sala das Sessões, em ... de maio de 1949. — *Euzébio Rocha*.

Sr. Presidente, com tais medidas, temos certeza de alcançar o nosso primeiro e fundamental objetivo — qual seja o de, ao menos, não permitir a evasão de riquezas tão importantes para o país, assegurando-nos conseqüentemente o seu aproveitamento futuro, quando estivermos tecnicamente preparados.

Colocamos, assim, a questão neste ponto de vista: como primeira medida, como medida essencial, urge preservar a economia do país; em seguida, deve-se criar amplo instituto de pesquisas, onde prepararemos o elemento técnico e o elemento humano capaz de se adestrar, neste setor, para as grandes realizações a que devemos ser chamados. Tomadas estas medidas, estou convencido, estou certo, de que teremos acautelado os superiores interesses da Nação.

De minha parte, Sr. Presidente, declaro que lameto profundamente faltarem-me maiores atribuições de mérito e de cultura para examinar o assunto com a clareza e o brilho que exige. Procurei, entretanto, suprir essas deficiências por mim reconhecidas, por mim proclamadas, com maior estudo, e mais acurado exame da matéria. De uma coisa, porém, estou certo, é de que, de forma alguma, deixei de ser sensato, deixei de ser prudente, deixei de ser equilibrado. Bastem-me estes fatores para dizer à minha consciência que o problema que, nesta Casa, lanço, destinado a despertar mais a atenção dos Senhores Deputados, servirá para que as gerações futuras e a opinião pública nacional, que nos há de julgar, não digam que os homens de hoje estão a apaixonar-se somente pela política conventicular de escândalos; mas, muito ao contrário, se encontram com a firme disposição de olhar com seriedade os problemas fundamentais do país.

O Sr. Eurico Sales — Acompanhei, com muita atenção, grande parte do discurso de V. Ex.^a. Queria, portanto, esclarecer que, no tocante às pesquisas nesse setor, há dias a Comissão de Educação apreciou projeto da autoria do Sr. Cirilo Júnior, criando o Conselho Nacional de Pesquisas, exatamente com esta finalidade. Além disso, a mesma Comissão, apreciando projeto que mandava dar um prêmio em dinheiro ao sábio patricio César Lattes, aditou a esse projeto uma proposição no sentido de dotar verba vultosa ao Departamento de Física do Estado de São Paulo, a fim de que ali se prosseguisse nas investigações da física nuclear. Aproveito, ainda, o ensejo dêste aparte para, como esclarecimento, dizer a V. Ex.^a que a pesquisa dos minérios no Brasil obedece a um controle dos órgãos administrativos, no caso o Departamento Nacional da Produção Mineral, que autoriza as pesquisas, e sua exportação está sujeita a controle feito pelo Conselho de Segurança Nacional. A idéia de V. Ex.^a de congregar tôdas essas atividades, no sentido de proteger os interesses nacionais, é, no entanto, altamente sensata.

O Sr. Euzébio Rocha — Agradeço o aparte do ilustre colega, oportuno e esclarecedor como sempre. No en-

tanto, ontem, quando aqui examinei essa matéria, trouxe o depoimento do inspetor da Alfândega de Santos, que declarou, e o fez sem reservas, que estava se dando a evasão de minérios sem o menor controle por parte do Conselho de Segurança Nacional.

O Sr. Eurico Sales — Depende da natureza do minério. As areias monazíticas, por exemplo, estão sujeitas ao controle do Conselho de Segurança Nacional.

O Sr. Euzébio Rocha — Mas têm sido exportadas — posso assegurar a V. Ex.^a — sem esse controle. As guias de exportação da Alfândega de Santos demonstram este fato. Foi precisamente a surpresa diante de tal situação, que me trouxe à tribuna, para exigir dos órgãos competentes a necessária vigilância, e, ao mesmo tempo, propor a reunião dos órgãos que tratam desses assuntos numa centralização altamente proveitosa, como bem reconheceu o ilustre colega.

O Sr. Coelho Rodrigues — O controle existe, mas ainda há muito que aperfeiçoar nesse sentido.

O Sr. Eurico Sales — Não nego isso. No entanto, certos minérios têm saída livre; outros estão subordinados ao controle do Conselho de Segurança Nacional.

O Sr. Euzébio Rocha — Mas as areias monazíticas continuam a sair livremente, assim como o zircônio, além de outros minérios igualmente importantes.

Minha vinda à tribuna, foi, como disse, precisamente pela surpresa de que assunto de tão grande significação para o interesse do país, permanecesse sem a vigilância que sobre ele deve ser mantida, sem o cuidado que está a exigir de todos.

Mas Srs. Deputados, ao concluir estas considerações posso vos assegurar que se têm cometidos graves erros, que não podem ser repetidos, sob pena de comprometermos a própria segurança da Pátria.

Que nossa previdência de hoje possa compensar os erros passados, merecendo os aplausos da Nação.

* * *

UM SERVIÇO MUNICIPAL MODELAR

Dentre os Municípios brasileiros, o de Tupã, no Estado de São Paulo, destaca-se, de maneira especial, no que diz respeito aos serviços de assistência rural, onde, com a finalidade de proteger o pequeno lavrador, existe em funcionamento perfeito um modelo de organização municipal de tais serviços, os quais são ali prestados pela "Casa do Pequeno Lavrador". Idealizada e concretizada pelo atual Prefeito Municipal de Tupã, Sr. Alonso Carvalho Braga, a Casa do Pequeno Lavrador tem prestado, da maneira mais eficiente possível, completa assistência aos habitantes da zona rural daquele Município, facilitando-lhes os meios de combate às pragas e à erosão do solo, auxiliando-os na mecanização da lavoura, na fertilização dos solos e na racionalização das culturas. Para executar os serviços que lhe estão afetos, a Casa do Pequeno Lavrador está constituída das seguintes seções:

- a) armazenagem e câmara de expurgo, que se destina à guarda e ao expurgo de cereais;
- b) venda de produtos agropecuários, onde podem ser adquiridos, pelo preço de custo, produtos veterinários, máquinas agrícolas e sementes;
- c) assistência rural, destinada a fornecer informações técnicas;
- d) mecanização agrícola, onde os pequenos lavradores podem alugar as máquinas agrícolas de que necessitam; e
- e) horto florestal, para a produção e distribuição de essências florestais.

Existe, ainda, naquele Município, o Serviço de Assistência Médico-sanitária da zona rural, o qual tem por fim prestar assistência sanitária gratuita aos imigrantes e a todos os habitantes da zona rural reconhecidamente pobres.

Tendo em vista que três quartos dos 66.847 habitantes de Tupã moram na zona rural, onde cultivam milho, algodão, amendoim, feijão, batata, arroz, mamona, mandioca, café, cana, rami, laranja e banana, ou criam bois, suínos e aves, é fácil calcular o quanto de benefícios representa para Tupã a Casa do Pequeno Lavrador, a qual, para maior assistência ao pequeno agricultor, vem ainda promovendo a análise das terras das 2.360 propriedades agrícolas em que se dividem os 1.346 quilômetros quadrados do Município. E todo este modelar serviço de assistência técnica, que mereceu o melhor julgamento do Vice-Governador Noveli Júnior, vem sendo custeado com parte do insignificante orçamento municipal de três milhões de cruzeiros, importância em que foi orçada a receita de Tupã para 1948.

Além disso, cumpre ressaltar de maneira especial a elevada eficiência da Casa do Pequeno Lavrador na execução de tôdas as tarefas que lhe estão afetas, permitindo a qualquer agricultor necessitado, imediatamente e sem nenhum entrave de caráter burocrático, a prestação de serviço que solicitar, o que comprova, de maneira cabal, a tese que vem sendo insistentemente defendida pelos municipalistas no sentido de que ao Município devem ficar afetas os serviços de natureza tipicamente local, a fim de que possam os municípios, de fato, obter, na ocasião indispensável, a prestação eficiente dos serviços públicos de que necessitam.